



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - CRIMES CIBERNÉTICOS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 2640/15	DATA: 03/12/2015	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 10h52min	TÉRMINO: 11h05min	PÁGINAS: 6

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apreciação dos requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Bom dia a todos.

Declaro aberta a 36ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a prática de crimes cibernéticos.

Encontra-se à disposição dos senhores membros a cópia da ata da 35ª.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Peço dispensa, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que concordam com a ata permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Ata aprovada.

Antes de passarmos à Ordem do Dia, eu gostaria de agradecer pela oportunidade, ontem, de aprovação, aqui na Câmara, ao Presidente e a todos os Líderes partidários, pelo adiamento por mais 60 dias do final da CPI, tendo em vista a necessidade de continuar os trabalhos, pois que já chegamos até a casos de alguns indiciamentos, que levaram à Operação Barba Negra, a algumas prisões e fechamento de *sites*. Acreditamos na necessidade de continuidade desta CPI por mais 60 dias, para finalizar o nosso trabalho com um relatório positivo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na verdade, eu acho que seria preciso mais que 60 dias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, em razão das outras CPIs, eu acho que, depois de 30 dias, será possível ampliarmos um pouco mais o prazo, porque realmente esta CPI fez um trabalho de contenção de abusos que acontecem na área cibernética.

Cumprimento V.Exa. pelo brilhante trabalho de presidir esta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, Deputado. Esse pedido foi de 60 dias porque é o permitido. Ao final desse prazo de 60 dias, podemos solicitar mais 60 dias para o funcionamento da CPI, tendo em vista o



histórico de CPIs na Casa que duram muitos anos. Mas algumas CPIs tiveram prazos curtos, de apenas 120 dias. Há necessidade de maior prazo, até porque tivemos esses primeiros meses de fase instrutória, chegamos agora à fase de indiciamento, e é muito difícil conseguir isso em apenas 120 dias. Conseguimos alguns resultados, mas podemos chegar a muitos outros, de modo que realmente esta CPI termine de forma positiva, trazendo boas leis a favor do povo.

Sem dúvida alguma, poderemos ouvir e ter um conhecimento melhor sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sra. Presidente, eu hoje conversei com o Deputado JHC, autor do Requerimento nº 4, que convoca o Diretor-Geral da ABIN e o Diretor-Geral da Polícia Federal, sobre a possibilidade de transformação dessa convocação em convite. Poderíamos inclusive votar os quatro requerimentos de uma única maneira, resolvendo rapidamente. Essa celeridade é importante para a CPI.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Claro, Deputada.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Tudo bem, Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Bom dia.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Bom dia a todos. Eu queria apoiar essa sugestão do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Acho que, dentro do que nós temos encaminhado aqui, do que nós temos praticado, isso é o mais conveniente. Então, eu queria apoiar essa sugestão.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sra. Presidente, eu queria também apoiar essa sugestão do Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas depende do autor.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Eu queria apoiar a iniciativa e fazer aqui um registro. É claro que foi autorizada ontem a prorrogação da nossa CPI.

O Dr. Luiz Moura, do Piauí, foi o primeiro magistrado no Brasil a emitir uma ordem judicial mandando paralisar o WhatsApp, embora ele soubesse que era completamente difícil. Mas ele tem as suas razões. Eu o convidarei, por requerimento — eu peço presteza na sua aprovação, para ganharmos tempo —, para aqui expor as razões por que ele pediu a interceptação para parar o WhatsApp.



Houve crimes de difamação, de distribuição de imagens de adolescentes no Piauí, e ele tomou essa decisão inédita no mundo. Então, é importante ouvirmos esse magistrado.

O SR. DEPUTADO JHC - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado Jhc, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JHC - Já que começamos a nos manifestar acerca dos requerimentos em pauta, eu gostaria de, primeiro, parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos, pelo respeito e pela credibilidade desta CPI.

Ontem, o Plenário, por aclamação, por unanimidade da maioria dos seus membros, aprovou a prorrogação da CPI. Fico muito feliz por fazer parte desta Comissão e agora poder contribuir com ela. Eu já fazia parte da CPI da PETROBRAS e agora também, da CPI de Crimes Cibernéticos.

Eu gostaria de fazer uma retificação quanto ao requerimento. Ao meu entender, é um requerimento importante, haja vista as discussões que já fizemos anteriormente acerca do Estado Islâmico. Então, eu queria retificar a convocação por convite, tanto da Agência Brasileira de Inteligência, quanto da Polícia Federal e da Sra. Ozana Rodrigues, mãe do brasileiro recrutado pelo Estado Islâmico através da Internet.

Então, esse requerimento visa justamente pôr luz no que tange à Internet como um instrumento do Estado Islâmico. Nós sabemos que, à época dos grandes atentados, ao World Trade Center, enfim, a Al-Qaeda trabalhava no analógico, e hoje o Estado Islâmico está no mundo digital. Hoje, são 200 mil *tweets* a favor do Estado Islâmico todos os dias. O Twitter fecha essas contas, mas muito rapidamente eles já criam outras. Já são mais de 5 mil pessoas que saíram do Ocidente para o Oriente Médio, e a grande maioria deles são jovens. Inclusive um brasileiro, cuja mãe, Ozana Rodrigues, não sabe se seu filho está vivo ou morto, foi cooptado através da Internet.

Então, esta CPI, antevendo até os acontecimentos das Olimpíadas no próximo ano, precisa, sim, blindar o Brasil dessas intentadas do Estado Islâmico. Oito milhões de pessoas no norte da Síria estão cooptando especialmente os nossos jovens. Então, trata-se de um tema muito importante para ser discutido.



Obviamente todas essas instituições vão enviar técnicos gabaritados e melhor indicados para aqui, respaldados através de dados e de argumentos, esclarecer todas as perguntas desta CPI.

Quero também falar sobre um outro requerimento — antes de colocar este em votação — para que a Polícia Federal, em Alagoas, dê esclarecimentos a respeito da participação daquele Estado nas redes nacional e internacional de pedofilia. Então, são essas as informações que eu queria.

Eu gostaria de deixar o meu registro, a preocupação dos demais Parlamentares — fomos solicitados também.

Agradeço à Presidente por toda a abertura que nos tem dado na CPI, na forma de condução dos trabalhos e a toda a equipe técnica.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sra. Presidente, em virtude de o Deputado JHC ter transformado o seu requerimento de convocação para convite, os outros quatro requerimentos estão no mesmo nível, então, nós pedimos a autorização de V.Exa. para fazer a votação em bloco.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Podemos fazer a votação em bloco.

Quero agradecer ao Deputado JHC pelas palavras. Seja bem-vindo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Desde que assumi a Presidência desta Comissão, tenho tentado de todas as formas agir com imparcialidade, independente de partidos políticos, respeitando todos os Deputados. Infelizmente, nem sempre todos conseguem levar só para esse lado, de uma forma positiva, algumas vezes até trazem assuntos pessoais, mas eu não vou deixar que isso afete o trabalho da nossa Comissão. Já tivemos essa conversa individualmente com vários Deputados. Então, aqueles assuntos que não convêm a um trabalho em prol do Brasil e que sejam abordados de forma individualizada não serão discutidos neste âmbito, diferentemente de problemas nacionais ligados ao Brasil, a grupos ou pessoas. Mas, de forma individualizada, não vamos discutir.

Estou à disposição para ouvir todas as opiniões e sugestões para a condução desta Presidência. Tenho certeza de que V.Exa. pode contribuir muito para o andamento dos nossos trabalhos. Sem dúvida, a cada dia, como eu sempre falo, a



Internet vem com assuntos novos, novas tecnologias, e temos que nos atualizar. Então, seja muito bem-vindo a esta Comissão, Deputado.

Vamos passar à votação. A votação de requerimentos será feita em blocos.

Requerimento nº 126, de 2015, do Sr. Silas Freire, que *“requer que seja submetido à deliberação do plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado para a realização de um Fórum de Debates relacionados à Defesa e Segurança Nacional”*.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Posso esclarecer?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Claro.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Aí é segurança nacional cibernética. Nós teremos as Olimpíadas no Rio de Janeiro. Estamos vivendo um momento de terrorismo ainda há pouco aqui alertado, e nós deixaríamos esse fórum como legado desta CPI. Traríamos todas as autoridades para este fórum. Nós temos 60 dias agora, para que deixemos esse legado para o Brasil. Que tiremos disso o que temos de segurança, claro, de forma sigilosa aquilo que deve ser sigiloso, e de forma pública aquilo que pode ser público, principalmente para as Olimpíadas que serão realizadas no nosso País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, Deputado. É de extrema valia e importância realizar esse fórum de debates aqui, através desta Comissão.

Requerimento nº 128, de 2015, do Sr. JHC, que *“requer à Superintendência da Polícia Federal em Alagoas,”* — no caso retificado como convite — *“esclarecimentos a respeito da participação do estado alagoano nas redes nacional e internacional de pedofilia”*.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sra. Presidente, esse não é convite, não. Convite é o quarto. Esse é normal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Apenas o Requerimento nº 133, de 2015.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esse é normal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Exatamente.



Requerimento nº 132, de 2015, do Sr. Delegado Éder Mauro, que *“requer o envio de Indicação ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, sugerindo, por intermédio da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL, a implementação de sua legislação para regular e aumentar a segurança das operadoras de telefonia no que tange às práticas de crimes cibernéticos”*.

Requerimento nº 133, de 2015, do Sr. Jhc, que *“requer a convocação,”* — retificada para convite — *“pela CPI - Crimes Cibernéticos, do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, Sr. Wilson Roberto Trezza, do Diretor-Geral da Polícia Federal, Sr. Leandro Daiello Coimbra, e da Sra. Ozana Rodrigues, mãe do brasileiro recrutado pelo Estado Islâmico através da internet, para esclarecimentos sobre a maneira com a qual extremistas religiosos têm se valido da internet como instrumento de cooptação de brasileiros, as medidas repressivas e eventuais carências legislativas no ordenamento brasileiro que impeçam uma profícua dos órgãos competentes pela prevenção e repressão de atos de terrorismo”*.

Todos que concordam pela aprovação dos requerimentos permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Requerimentos aprovados.

Alguém gostaria de fazer uma colocação? *(Pausa.)*

Então, nada mais havendo a se discutir, declaro encerrada esta sessão, já marcando para a próxima terça-feira sessão ordinária e audiência nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Bom final de semana a todos e até terça-feira.